



74
8

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público. /

Agravo na Apelação nº 0237209-4 (N.P.U 0000298-64.2007.8.17.1370)

Agravante: Município de Serra Talhada

Agravado: Lucas Pereira da Gama

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões.

EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO NA APELAÇÃO. DECISÃO TERMINATIVA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SUCUMBENCIA TOTAL. CONDENÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA AO PAGAMENTO DE VERBAS DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SOBRE O VALOR DA EXECUÇÃO. PERCENTUAL DE 10% (DEZ POR CENTO) RAZOÁVEL À HIPÓTESE. MULTA EM RAZÃO DO CARÁTER PROTETATÓRIO DOS EMBARGOS FACE ÀS CIRCUNSTÂNCIAS PRESENTES NOS AUTOS. PRECEDENTE TJPE. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.

1. De certo, os honorários advocatícios sucumbenciais devem espelhar a atividade efetivamente desenvolvida pelo advogado e o seu grau de dificuldade, não podendo ser ínfimo a ponto de resultar em aviltamento do exercício da advocacia, nem tampouco, ser estipulado em valores exagerados, o que implicaria em enriquecimento sem causa.
2. Quando relativos a condenações da Fazenda Pública, devem atender ao juízo equitativo do juiz, com fulcro no parágrafo 4º do artigo 20 do CPC, não se restringindo ao percentual mínimo de 10% (dez por cento) e máximo de 20% (vinte por cento) do parágrafo 3º do mesmo dispositivo.
3. Ante a pouca complexidade que a causa exige, tenho que o percentual de 10% (dez por cento) se adéqua à razoabilidade necessária para a fixação dos honorários devidos, salientando que o juiz utilizou da proporcionalidade para fixar o valor da causa como o valor total da execução.
4. O magistrado utilizou de diversos argumentos para justificar a imposição de multa, quais sejam, a ausência de planilha indicativa dos cálculos, o fato de o incidente processual retardar o recebimento do crédito, a natureza alimentar deste.
5. A demora natural de tramitação de uma ação, por si só, não foi levada a contexto. A juíza referiu-se ao fato de o Município utilizar de recurso processual de forma desleal, abusando do direito de defesa. Agindo assim, atuou de forma temerária, tanto que os seus argumentos são totalmente desprovidos de fundamentação legal.



XS
df

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

6. É sabido que todo e qualquer tipo de ação gera uma demanda e, consequentemente, gasto público, dispêndio de esforço das partes e, no caso dos embargos a execução, o retardo no recebimento da verba condenatória.
7. Portanto, independente da quantidade de tempo decorrido para o processamento da ação executiva, o embargante acabou por prejudicar de maneira ilegítima o recebimento do crédito de natureza essencial à subsistência do embargado ao proceder com ação nova no sentido de obstar o pagamento.
8. O fato de o Município ter protestado por prova pericial contábil, não invalida a necessidade de acompanhamento por planilha de cálculos, pois a previsão legislativa em nada excepciona esta condição (art. 739, parágrafo 5º CPC).
9. Precedente TJPE.
10. Recurso de Agravo improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo na Apelação nº 0237209-4, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara de Direito Público deste e. Tribunal de Justiça, em sessão desta data, à unanimidade, em **negar provimento** ao presente Recurso, nos termos do Relatório, Voto e Notas Taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 24 de 09 de 2013.


Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



76
8/

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

Agravo na Apelação nº 0237209-4 (N.P.U 0000298-64.2007.8.17.1370)

Agravante: Município de Serra Talhada

Agravado: Lucas Pereira da Gama

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo na Apelação interposto da sentença prolatada pelo M.M Juízo da Comarca de Serra Talhada que julgou totalmente improcedentes os embargos à execução interpostos pelo Município, condenando o embargante ao pagamento de custas, taxa e honorários advocatícios à base de 10% (dez por cento) sobre valor total da execução e multa de 10 % (dez por cento), também sobre a execução, a título de embargos protelatórios, cumulada com multa de 1% sobre o valor total da condenação por litigância de má-fé.

Em razões de Agravo, o Município aduz que a sentença merece ser reformada, pois não restou configurado o caráter protelatório dos embargos, diante do pedido de perícia contábil e a inaplicabilidade dos honorários advocatícios pela sucumbência recíproca.

Não havendo razão para o exercício do juízo de retratação e, verificada a tempestividade e o preenchimento dos demais requisitos legais, coloco o presente recurso em mesa para que seja devidamente julgado pelo Colegiado, em conformidade com os ditames legais.

É o Relatório.

Recife, 24 de 09 de 2013.


Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



77
8

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

Agravo na Apelação nº 0237209-4 (N.P.U 0000298-64.2007.8.17.1370)

Agravante: Município de Serra Talhada

Agravado: Lucas Pereira da Gama

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões.

VOTO

Cuida-se de Agravo no qual o Município pretende reformar decisão terminativa para que seja reduzida ou excluída a condenação em honorários advocatícios, bem como, desconsiderada a multa por embargos protelatórios.

De certo, os honorários advocatícios sucumbenciais devem espelhar a atividade efetivamente desenvolvida pelo advogado e o seu grau de dificuldade, não podendo ser ínfimo a ponto de resultar em aviltamento do exercício da advocacia, nem tampouco, ser estipulado em valores exagerados, o que implicaria em enriquecimento sem causa.

Quando relativos a condenações da Fazenda Pública, devem atender ao juízo equitativo do juiz, com fulcro no parágrafo 4º do artigo 20 do CPC, não se restringindo ao percentual mínimo de 10% (dez por cento) e máximo de 20% (vinte por cento) do parágrafo 3º do mesmo dispositivo.

Ante a pouca complexidade que a causa exige, tenho que o percentual de 10% (dez por cento) se adéqua à razoabilidade necessária para a fixação dos honorários devidos, salientando que o juiz utilizou da proporcionalidade para fixar o valor da causa como o valor total da execução.

O doutrinador Leonardo Jose Carneiro da Cunha, em seu livro "A Fazenda Pública em Juízo", 7ª edição, editora Dialética, esclarece que "*Na realidade, restando vencida a Fazenda Pública, a fixação da verba honorária não será, necessariamente, inferior a 10% do valor da condenação. A depender dos elementos concretos da demanda, e diante de uma apreciação equitativa que leve a conta os critérios contidos nas alíneas a, b e c do parágrafo 3º do art. 20 do CPC, o juiz poderá fixar os honorários de sucumbência contra a Fazenda Pública em percentual inferior a 10%, ou até mesmo em valor que se enquadre entre os 10% e 20 %*

ESM



Handwritten signature/initials

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

previstos naquele mesmo paragrafo 3o do art. 20. Alternativamente, poderão só honorários ser estabelecidos num valor fixo".

Este pensamento é corroborado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

STJ: PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATICIOS. 1. FAZENDA PUBLICA. *A regra do artigo 20, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil não significa que, vencida a Fazenda Publica, os honorários de advogado devam ser, necessariamente, arbitrados em montante inferior a dez por cento (10%) do valor da condenação; o juiz, nesse caso, fixa a verba honorários segundo apreciação equitativa, sem outros parâmetros que aqueles definidos nas alíneas "a", "b" e "c".* **2. EQUIDADE.** *"A apreciação equitativa do juiz" constitui conceito juridico indeterminado, dependente sempre do caso concreto, a cujas peculiaridades o recurso especial não pode descer. Agravo regimental improvido.*

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. OMISSÃO CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTENTE. VALOR DOS HONORÁRIOS. Apreciação equitativa do juiz. MANUTENÇÃO DO VALOR FIXADO. RAZOABILIDADE. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. COMPENSAÇÃO. *1. Inviável o reconhecimento de violação ao art. 535 do CPC quando não verificada no acórdão recorrido omissão, contradição ou obscuridade apontadas pela recorrente. 2. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação dos arts. 165 e 458, II, do CPC. 3. Conforme entendimento da Corte Especial do STJ, nos embargos à execução, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, nos termos do artigo 20, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil. 4. A fixação da verba honorária, em atenção às peculiaridades da presente ação, especialmente no que se refere à natureza da causa e ao trabalho do advogado, em cotejo com o desfecho da presente ação, não se revela, de fato, infima, apta a admitir a excepcionalíssima intervenção desta Corte. 5. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a distribuição dos ônus sucumbenciais, quando verificada a existência de sucumbência recíproca, deve ser pautada pelo exame do número de pedidos formulados e da proporcionalidade do decaimento de cada uma das partes em relação a cada um desses pleitos. 6. Recurso especial parcialmente provido. (STJ - REsp: 1166877 DF 2009/0225699-9, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 16/10/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 22/10/2012)*

Handwritten signature



79
JK

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO NÃO EMBARGADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. AJUIZAMENTO POSTERIOR À MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.180-35/2001. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL PROVENIENTE DE AÇÃO COLETIVA. PECULIARIDADES. ELEVADA CARGA COGNITIVA E CONTRADITÓRIO AMPLO. NÃO-INCIDÊNCIA DO ART. 1.º-D DA LEI N.º 9.494/97. SÚMULA N.º 345 DESTE TRIBUNAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÃO. CABIMENTO. VERBA HONORÁRIA INDEPENDENTE DAQUELA FIXADA NOS EMBARGOS À EXECUÇÃO. PRECEDENTES. 1. É Cabível a condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios nas execuções de sentenças proferidas em sede de ação coletiva promovida por Sindicato, propostas após o advento da Medida Provisória n.º 2.180-35/2001, independentemente da oposição dos embargos à execução. Súmula n.º 345 do Superior Tribunal de Justiça. 2. Constituindo-se os embargos do devedor verdadeira ação de conhecimento, que não se confunde com a ação de execução, os honorários advocatícios devem ser fixados de forma autônoma e independe em cada uma das referidas ações. 3. A base de cálculo dos honorários da execução é o valor exequendo e, nessas condições, se o título for declarado nulo, o montante a ser executado será reduzido a zero, assim como os correspondentes honorários advocatícios. 4. Agravo regimental desprovido (STJ - AgRg no REsp: 1172931 RS 2009/0247867-6, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 24/08/2010, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 27/09/2010).

Com relação à multa cominada por embargos protelatórios, observe-se o que diz a sentença proferida no Juízo de primeiro grau:

“Não há dúvidas de que os presentes embargos são meramente protelatórios, não tendo a menor consistência. O município embargante, sequer, apresentou os cálculos que considerasse corretos, nem tão pouco o valor. Por isso, condeno, também, o embargante ao pagamento de multa de 10% sobre o valor da execução em favor do embargado, com base no parágrafo único do artigo 740 do CPC.(...) Os presentes embargos são repudiáveis por retardarem, durante anos, o recebimento dos direitos declarados em sentença judicial de Primeira Instância e devidamente confirmada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado. Registra-se, por oportuno, que referidos direitos dizem respeito a crédito de natureza alimentar o que aumenta mais ainda o prejuízo do embargado”.

A magistrada utilizou de diversos argumentos para justificar a imposição de multa, quais sejam, a ausência de planilha indicativa dos cálculos, o fato de o incidente processual retardar o recebimento do crédito, a natureza alimentar deste.

GAJK



80
W

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Saliente-se que demora natural de tramitação de uma ação, por si só, não foi levada a contexto. A juíza referiu-se ao fato de o Município utilizar de recurso processual de forma desleal, abusando do direito de defesa.

Agindo assim, atuou de forma temerária, tanto que os seus argumentos são totalmente desprovidos de fundamentação legal. É sabido que todo e qualquer recurso utilizado no processo gera uma demanda e, consequentemente, gasto público, dispêndio de esforço das partes e frustração de uma expectativa de direito.

Portanto, independente da demora no processamento da ação executiva, o embargante acabou por prejudicar de maneira ilegítima o recebimento do crédito de natureza essencial ao embargado.

O fato de o Município ter protestado por prova pericial contábil, não invalida a necessidade de acompanhamento por planilha de cálculos, pois a previsão legislativa em nada excepciona esta condição (art. 739, parágrafo 5º CPC).

§ 5º Quando o excesso de execução for fundamento dos embargos, o embargante deverá declarar na petição inicial o valor que entende correto, apresentando memória do cálculo, sob pena de rejeição liminar dos embargos ou de não conhecimento desse fundamento. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).

Desta maneira, faz-se mister a condenação em multa protelatória, inexistindo razões para o seu indeferimento. Tudo em consonância com a jurisprudência deste E. Tribunal de Justiça:

TJPE: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INOMINADO EM APELAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. MULTA PROTELATÓRIA. JUROS. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. IMPROVIDO O RECURSO DE AGRAVO. O agravante insurgiu-se contra a fixação dos juros de mora no percentual de 1% (um por cento) ao mês, argumentando que o percentual de 0,5% ao mês deve ser aplicado também às ações ajuizadas antes da entrada em vigor da Medida Provisória n. 2180/2001 de 24 de agosto de 2011. No caso sub judice, a Ação Ordinária de Cobrança foi ajuizada antes da entrada em vigor da mencionada medida provisória, razão pela qual, conforme jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (STJ), deve-se aplicar o percentual de 1% (um por cento) ao mês. Insta frisar que o Supremo Tribunal Federal (STF), nos autos do Agravo de Instrumento n. 842.063, reconheceu a repercussão geral relativa a fixação dos juros de mora contra a Fazenda Pública, sustentando a aplicabilidade do percentual de 0,5% (meio por cento) ao mês às ações ajuizadas antes e depois da entrada em vigor da referida medida provisória, como defende o recorrente. Todavia, é importante esclarecer que o STF apenas reconheceu a repercussão geral sobre o tema, restando pendente o julgamento definitivo de mérito a respeito da controvérsia. Neste



81
JL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

contexto, esta Relatoria achou por bem manter a decisão terminativa proferida pelo Relator Substituto, a qual ilustra a jurisprudência dominante do STJ acerca da fixação dos juros moratórios, corte esta, que detém a guarda das normas infraconstitucionais. Em sede de razões de apelação, o Município apelante pugna pela redução dos honorários advocatícios arbitrados, argumentando que devem os mesmos ser fixados de acordo com o § 4º do art. 20 do CPC, fazendo, ainda, menção ao teor da Súmula 62 deste Tribunal de Justiça (Nas ações que envolvem interesses da Fazenda Pública, seja ela autora ou ré, os honorários advocatícios devem se fixados nos termos do § 4º do art. 20 do CPC). Argumenta não se tratarem de embargos protelatórios, tampouco de litigância de má-fé. Neste particular, defende que as multas aplicadas devem ser excluídas, na hipótese de eventual condenação, ou, no mínimo, substancialmente reduzidas. Faz menção ao teor do art. 1º da Lei Municipal nº 1188/2006, que define os limites das obrigações de pequeno valor a que alude o § 3º do art. 100 da CF/88. Por derradeiro, pugna pela reforma da sentença hostilizada, a fim de que sejam julgados procedentes os embargos à execução, ou, assim não entendendo este Tribunal, que seja reduzido o valor da condenação em honorários advocatícios, bem como que seja excluída da condenação as multas impostas por embargos procrastinatórios e litigância de má-fé, por serem infundadas, ou que sejam reduzidos seus percentuais em razão do seu elevado patamar. Em relação ao arbitramento de honorários advocatícios, insta frisar que à luz do disposto no art. 20, § 4º do CPC, quando a Fazenda Pública restar vencida, como na hipótese presente, a verba honorária deverá ser fixada consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e 'c' do § 3º do mesmo artigo. É assente na doutrina e na jurisprudência pátrias que os honorários advocatícios devem representar um valor que ressalte a dignidade do trabalho prestado, sem, todavia, ensejar o enriquecimento sem causa. In casu, vislumbro que a presente demanda teve seu trâmite processual tranqüilo, tendo sido julgada improcedente pela magistrada de primeiro grau. Ademais, a defesa desenvolvida pela embargada-recorrida, vencedora na demanda, não exigiu um forçoso trabalho jurídico tampouco envolveu matéria de direito complexa. No caso sub judice, a magistrada de primeiro grau arbitrou os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da condenação. Levando-se em conta as peculiaridades da presente demanda e à luz dos requisitos previstos no § 3º do art. 20 do CPC, vislumbro que a verba sucumbencial fixada no decisum guerreado é excessiva, motivo pelo qual considero razoável o arbitramento dos honorários advocatícios no percentual de 8% (oito por cento) do valor da condenação. No que tange à multa aplicada com espeque no § único do art. 740 do CPC, entendo, na esteira da fundamentação esposada pela magistrada da causa, tratarem-se de embargos manifestamente protelatórios. Com efeito, há manifesta fragilidade na argumentação do embargante, haja vista o entendimento, há muito assentado na jurisprudência, acerca da aplicação de juros de 1% ao mês aos processos que têm por objeto crédito alimentar e que foram interpostos em data anterior à edição da medida provisória 2180/01, caso dos autos. Ao assim proceder, o embargante deu causa à apresentação de incidentes infundados na execução, cuja conduta encerra uma das hipóteses previstas no art. 17 do CPC, ensejando, por conseguinte, a aplicação da multa prevista no art. 18 daquele Diploma Processual Civil. Ora, o julgador não tem apenas a faculdade, mas sim o

BAIR



82
w

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

dever de condenar, de ofício, o litigante de má-fé a pagar multa e a indenizar os danos processuais que causou à parte contrária. Isso porque o interesse público impõe ao magistrado o dever de prevenir e reprimir os abusos cometidos pelos litigantes, por prática de atos que sejam contrários à dignidade da justiça. Parcial provimento apelo, apenas para fixar os honorários advocatícios na base de 8% sobre o valor da condenação, mantendo-se incólumes os demais termos do ato sentencial hostilizado. Unanimemente, negou-se provimento ao recurso de agravo, devendo-se manter inalterada a decisão agravada (TJ-PE - AGV: 2349124 PE 0012094-49.2011.8.17.0000, Relator: Antenor Cardoso Soares Junior, Data de Julgamento: 25/09/2012, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 209)

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO - ACÓRDÃO QUE DETERMINA A ABSTENÇÃO DE USO DE NOME DE MARCA, EXCLUINDO CONDENAÇÃO POR PERDAS E DANOS - CONTRADIÇÃO POR MANTER-SE A CONDENAÇÃO EM LUCROS CESSANTES - NÃO OCORRÊNCIA - CARÁTER PROTETATÓRIO DO RECURSO - APLICAÇÃO DE MULTA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 538, CPC - EMBARGOS REJEITADOS. 1) Não existe contradição alguma - nem mesmo aparente - no acórdão impugnado. As perdas e danos (excluídas da condenação deste) abrangem "o que razoavelmente (se) deixou de lucrar" (art. 402, CC/02), é dizer, os lucros cessantes. 2) A oposição de embargos com caráter eminentemente protetatório, para não ter a embargante de abster-se, desde já, do uso (indevido) de sua marca, dá ensejo a que se lhe aplique o comando contido no parágrafo único do artigo 538 do CPC, que prevê, nesses casos, a possibilidade de condenar-se o embargante ao pagamento de multa de até 1% (um por cento) sobre o valor da causa. (TJ-PE - ED: 143445 PE 01434455, Relator: Eduardo Augusto Paura Peres, Data de Julgamento: 25/08/2009, 6ª Câmara Cível, Data de Publicação: 169)

Pelas razões expostas, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Agravo, mantendo todos os termos apreciados na decisão terminativa ora vergastada.

É como voto.

Recife, 24 de 09 de 2013.


Erik de Sousa Dantas Simões

Relator